

Ata de Reunião - 28 de junho de 2002

por Cep — publicado 29/06/2002 00h00, última modificação 12/12/2014 15h33

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2002, NO RIO DE JANEIRO. Local: Av. Presidente Antônio Carlos, 375, Ministério da Fazenda, sala 1111, Rio de Janeiro, RJ

Presentes:

João Geraldo Piquet Carneiro (Presidente)
Adhemar Paladini Ghisi
Celina Vargas do Amaral Peixoto
Marcílio Marques Moreira

Ausentes:

Lourdes Sola
Camilo Penna

Piquet Carneiro iniciou a reunião submetendo a agenda proposta aos demais conselheiros. Aprovada a agenda, deu-se início aos trabalhos pela aprovação da ata da reunião realizada em 14.5.2002. O Secretário Mauro Bogéa informou que Camilo Penna não estava presente por ter, seu avião, ficado retido em Belo Horizonte.

Assuntos Tratados:

1. Recursos – Em função do contingenciamento de recursos pelo Governo, as atividades da CEP poderão ficar comprometidas. O plano de trabalho foi distribuído, bem como o detalhamento das ações. Piquet apresentou o problema ao ministro Pedro Parente, que comprometeu-se em enfrentar a questão, sugerindo que Mauro Bogéa encaminhe os pleitos ao Secretário de Administração da Presidência. Piquet ressaltou o baixo custo da CEP (cerca de R\$ 150 mil/ano) e os expressivos resultados. Para 2002, com ampliação das atividades, alcançaria cerca de R\$ 500 mil. Com a execução do projeto financiado parcialmente pelo BID, a partir de 2003, essa cifra deverá alcançar R\$ 1,5 milhão/ano.
2. Transição – Foi discutida a proposta de minuta de Decreto apresentado por Piquet ao ministro como contribuição. A idéia de regular a conduta ética das autoridades na transição de governo já foi aprovada pelo Presidente. O que regular e como, ainda é um assunto aberto no Governo.
3. Eventos eleitorais – orientações de caráter específico sobre a Resolução nº 7 foram encaminhadas para todas as autoridades vinculada ao CCAAF.
4. Lobby – O Governo editou o Decreto 4232, cuja vigência foi prorrogada em 90 dias. Na avaliação dos conselheiros o Decreto apresentou uma série de problemas que comprometem sua efetividade. Foram definidas sugestões para melhor regular a matéria (anexo), para serem encaminhadas ao ministro Pedro Parente.
5. Pesquisa de opinião – Os conselheiros acordaram quanto ao caráter prioritário que deve ser dispensado à execução da pesquisa de opinião, cujas especificações já estão sendo concluídas, em cooperação com o BID. Caso o Governo não garanta os recursos mínimos necessários (cerca de R\$ 150 mil), fontes alternativas devem ser buscadas. Foi delegada a Piquet a tarefa de identificar as fontes.
6. Matriz de risco – O trabalho de construção da matriz foi inserido no projeto com o BID. Não obstante, a massa de teste para a matriz (1º nível) deverá ter seus resultados concluídos em tempo de serem apresentadas no III Seminário (setembro). Trata-se de metodologia que permite

identificar a suscetibilidade das entidades e órgãos do Executivo a desvios éticos.

7. Projeto BID – A minuta do contrato proposta pelo BID foi encaminhado para exame do Ministério da Fazenda, como parte dos requisitos prévios à negociação e assinatura. Da mesma forma, foi solicitada à SA/PR a inclusão de previsão orçamentária. Sem embargo, a proposta do BID apresenta muitos detalhes que dificultarão a execução do projeto. Na avaliação da SE/CEP, parece mais uma minuta de contrato “para construção de uma ponte”, que para o fortalecimento institucional da CEP e CGU.

8. Projeto com TCU – O TCU não deu retorno a proposta conjunta de ação, por parte da CEP, TB e CGU. Adhemar Ghisi deverá manter contato com o TCU, para tentar fazer progredir o projeto de ação conjunta para o controle da corrupção nas compras públicas.

9. Rede de Ética – Está em franco processo de consolidação da rede de profissionais com responsabilidades em gestão da ética no Executivo Federal. Já são 165 representantes setoriais ligados em rede. Em nível internacional, a CEP participa de esforço semelhante em rede com representantes dos EE.UU., Canadá, México e Argentina, entre outros. Contudo, as restrições de recursos podem comprometer ambas as iniciativas. Inclusive, já impediram que o representante da SE/CEP participasse de reunião onde foi finalizada a minuta de acordo para a Rede de Ética (internacional), em Buenos Aires.

10. Outros assuntos

10.1 III Seminário – Foi distribuída a minuta de agenda do encontro, que se realizará nos dias 11 e 12 de setembro.

10.2 “Proteção aos envolvidos” – Foi distribuída para exame e posicionamento dos conselheiros minuta do Decreto, proposta por grupo Ad Hoc de setoriais estabelecendo condições da garantia para exercício das funções em gestão da ética.

10.3 Quarentena – Os conselheiros acordaram mais uma vez sobre a inconveniência da regulamentação expedida pelo Governo sobre a matéria (MP e Decreto), restringindo apenas a poucos o direito a remuneração durante a quarentena. Além disso, verificaram que existe incongruência entre tais normas e as disposições da CCAAF, em prejuízo destas. Piquet informou que o MPU já inquiriu sobre aplicação de tais disposições à situação prática envolvendo o Secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa. Os conselheiros ratificaram teor de resposta remetida.

10.4 Convênio PETROS– Piquet apresentou proposta de convênio de cooperação de iniciativa da PETROS. Os conselheiros posicionaram-se de acordo com a assinatura

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada e a próxima marcada para 02.08.2002, no mesmo horário.

MB